

## **Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero**

Márcia Thereza Couto<sup>1</sup>

### **Resumo**

As famílias populares urbanas constituem um importante eixo temático, conceitual e empírico dos estudos sobre família brasileira. O artigo discute a constituição deste sub-campo de estudo – famílias populares urbanas – e sua relação com o referencial de gênero. Estudos representativos selecionados são analisados com o objetivo de construir um panorama da utilização do conceito de gênero no entendimento da dinâmica interna a tais famílias, bem como para identificar quanto a incorporação, ou não, do conceito de gênero tem gerado possibilidades de ampliação e sofisticação nos estudos.

**Palavras-chave:** família, gênero, pobreza.

---

<sup>1</sup> Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, convênio PRODOC-CAPES. Endereço: Av. Dr. Arnaldo, 455, 2º andar, sala 2241, Cerqueira César, 01.246-903 São Paulo – SP. E-mail: [marthet@usp.br](mailto:marthet@usp.br)

## Abstract

Low income urban families are an important thematic, conceptual and empirical pivot in studies about Brazilian families. This article discusses the formation of this sub area – low income urban families – and its reference to gender. Selective and representative studies are analyzed with the aim to frame a general view of how the gender concept is used for understanding internal dynamics of those families as well as for identifying how the incorporation of the gender concept has generated possibilities for broadening and sophisticating those studies.

**Key words:** family, gender, poverty.

No campo acadêmico, e especialmente na literatura socio-antropológica que tem sido produzida nas três últimas décadas, as transformações que atravessam a família brasileira têm inspirado o retorno de estudiosos à temática da família. A categoria *famílias populares urbanas*, foco da reflexão aqui apresentada se refere, de forma genérica, àqueles que são destituídos do que, na nossa sociedade, confere poder, riqueza e prestígio. Como categoria social as *famílias populares urbanas* exerceram e exercem grande fascínio não só no país, mas alhures, sobretudo no que diz respeito ao seu papel político e econômico em sociedades em desenvolvimento. No âmbito da literatura socio-antropológica brasileira que estuda estas populações, muitas são as noções utilizadas na referência a tais famílias: *classes trabalhadoras*, *classe operária*, *baixa renda*. Mas, em todas estas referências, é o sentido da localização em segmentos sociais subordinados em nossa sociedade e o referencial de que são portadores de uma cultura própria que permeiam os estudos.

À maneira de Leon (1994) e Fonseca (1997) tomo a família como instância na qual a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade,

e a construção social dos gêneros se encontram enraizadas. Neste sentido, é importante analisar a constituição e de um sub-campo de estudo (famílias populares urbanas) a partir do aporte conceitual de gênero. Sem dúvida, gênero tornou-se uma das categorias de análise de amplo e continuado desenvolvimento na academia nas duas últimas décadas, influenciando (re)formulações temáticas, metodológicas e teórico-conceituais no interior das áreas temáticas e disciplinas. Contudo, uma análise exaustiva da vasta produção bibliográfica relativa às famílias populares urbanas não é meu objetivo. O que proponho é a leitura de alguns estudos representativos deste sub-campo a fim de construir um panorama da utilização do conceito de gênero para o entendimento da dinâmica interna a tais famílias, bem como para identificar o quanto a incorporação, ou não, do conceito de gênero tem gerado novas possibilidades de ampliação e sofisticação das análises.

Dentre as muitas tradições de pesquisas socio-antropológicas sobre a família brasileira, duas são destaques em termos de coerência interna, filiação e defesa dos seus marcos analíticos por parte dos pesquisadores afiliados, e pelo poder e importância no campo de estudo já tradicional da(s) família(s) brasileira(s). Falo aqui da tradição subjetivista dos estudos sobre famílias de classes médias urbanas e da tradição econômico-produtivista dos estudos sobre famílias trabalhadoras urbanas, ou do que se convencionou chamar de *famílias de pobres urbanos* ou *famílias populares*. Embora se constitua hoje uma das mais tradicionais linhas de pesquisa na literatura socio-antropológica de família, a tradição dos estudos de *famílias populares urbanas* – como qualquer tradição acadêmica – tem uma história, e esta é relativamente recente. A análise de Sarti (1996a) da literatura produzida sobre pobres no Brasil revela que o contexto no qual se desenvolve a reflexão sobre a família nestes segmentos guarda relação com a evolução do nosso pensamento social sobre os pobres. Do ponto de vista das análises sociológicas, é com a emergência da categoria *tra-*

*balho* nos anos 70, de clara inspiração marxista, que as relações familiares no universo social da pobreza ganharam visibilidade e despertaram o interesse por parte da academia. Assim, seguindo as interpretações do paradigma da produção, estas famílias eram investigadas quanto a sua funcionalidade para o capital, como unidade de reprodução da força de trabalho.

Se é no âmbito desta ‘corrente produtivista’ que emergem os estudos das famílias de pobres urbanos, é importante reconhecer uma divisão em seu interior. Assim, em fins da década de 1970 e início dos anos 80, vê-se, de um lado, a família trabalhadora pensada como “reprodução da força de trabalho” (Fausto Neto 1982) e, de outro, como arranjo produtor de “estratégias de sobrevivência” (Woortmann 1987; Motta & Scott 1983).

O trabalho de Fausto Neto (1982), fruto de sua dissertação de mestrado, propõe uma análise da família operária como unidade social que se realiza no interior de uma situação de classe. E, estando inserida numa situação de classe, seus princípios gerais de organização, autoridade, rede de relações, etc., vinculam-se ao objetivo maior da classe, no caso, a luta pela sobrevivência. Por outro lado, e de um ponto de vista mais amplo, sua ação está voltada para reprodução da força de trabalho em seus aspectos materiais e ideológicos. É certo que a autora estabelece sua análise da família no trânsito entre duas “lógicas”: a lógica interna de organização como unidade de parentesco, e a lógica da inserção no sistema produtivo de classes mais gerais. Contudo, por privilegiar uma perspectiva de análise em que o principal conceito operador é “reprodução da força de trabalho”, a ênfase está posta no processo necessário à manutenção do próprio modo capitalista de produção.

Já os trabalhos assinalados como da perspectiva da “estratégia de sobrevivência” (Woortmann 1987; Motta & Scott 1983) partem de uma crítica aos estudos, como o de Fausto Neto (1982), que tendem a conce-

ber a família como mera instância ideológica e reprodutora de relações sociais de dominação. De fato, estes estudos representam um avanço na tradição que trata das famílias populares urbanas com base em um referencial exclusivamente externo<sup>2</sup>. Isto por descrever com originalidade o modo de vida das famílias trabalhadoras e tratá-las como tendo uma dinâmica própria e não como mero espelho dos mecanismos sociais externos.

O trabalho de Motta & Scott (1983), por exemplo, trata da contradição que se exacerba entre a família como núcleo de sobrevivência e de consumo, e a família fornecedora de mão-de-obra para o mercado. Nesta relação, analisa as potencialidades de emprego para jovens e mulheres, com foco tanto nas limitações advindas do caráter excludente do sistema social, quanto das possibilidades, exigências e necessidades inerentes à lógica da divisão de trabalho entre os sexos e as gerações.

Já Woortmann (1987), tem o objetivo de estudar a relação entre parentesco e papéis sexuais num contexto social de privação socioeconômica. Embora conferindo atenção especial ao parentesco, pois é por meio dele que as pessoas se situam e organizam seu espaço social e se ajustam às limitações e dificuldades da vida, privilegia a matriz das classes sociais e trabalha a família em seu movimento diante dos condicionantes do capital. Em última instância, a descrição minuciosa da organização e diferenciação interna da família é realizada para que possa compreender a lógica do desenvolvimento do ciclo doméstico familiar como resposta às imposições de um sistema socioeconômico de classes que marginaliza e subjuga estas famílias.

---

<sup>2</sup> Scott (1997), num artigo que compara as principais correntes da família brasileira, assinala que a corrente que trabalha com os pobres urbanos tendeu sempre a analisá-la de “fora para dentro” e, assim, mascarar os processos subjetivos internos à família nestes setores. Ao contrário, entre as camadas médias, a família usualmente foi considerada de “dentro para fora”.

Enfim, e à maneira de Sarti (1996a), entendo que estes estudos ainda se situam dentro do paradigma da produção, pois ainda há o predomínio de uma análise centrada na lógica da razão prática. A família luta, fundamentalmente, pela sobrevivência.

É interessante perceber que é nesta época e com base no referencial *trabalho* que a sociologia do trabalho e a sociologia da família iniciam um diálogo mais profícuo. Sobretudo porque passam a compartilhar investigações que versam sobre a posição da mulher na sociedade de classes, principalmente no que diz respeito ao trabalho feminino (Castro & Lavinhas 1992; Sarti 1996a). Entretanto, este período inicial – anos 1970 –, de compartilhamento de objetos e interconexão de abordagens, não suscita nos estudos uma abordagem que privilegie a construção social dos homens e mulheres e a relação estabelecida por eles estabelecida na dinâmica familiar e o mercado de trabalho. Talvez se possa dizer que é o fato de as famílias serem analisadas com base em um referencial externo, por um lado, e dado as análises da participação feminina no mercado de trabalho vincularem-se claramente à problemática das classes sociais e da exploração, por outro, que dificulta tal aproximação.

O referencial de gênero parece ter sua entrada a partir do momento em que as relações familiares ganham importância na análise em sua dimensão simbólica interna, seus valores e normas, e não quando esta é vista como instância produtora de mão-de-obra e reprodutora das desigualdades de classe na sociedade. A sociologia do trabalho avança em direção ao diálogo quando, a partir dos anos 80, incorpora de forma paulatina o referencial de gênero em seu campo. Tendo como referência as teorias do patriarcado – que defendem o poder explicativo da dominação masculina e das desigualdades de gênero sobre o conjunto da vida social –, os estudos passam a questionar a auto-suficiência das explicações econômicas para entender o ingresso e a posição da mulher no mercado de trabalho (Heilborn & Sorj 1999). A participação feminina no

mercado passa a ser compreendida em termos dos condicionantes impostos pelo ciclo de vida familiar e reprodutivo. Este percurso culmina com uma reflexão de gênero como sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no público e no privado, no trabalho e na família, e na relação entre os dois.

Voltando a atenção à produção sobre as famílias de pobres urbanos, cabe refletir acerca de alguns dos seus estudos, inseridos no que se convencionou chamar 'paradigma da cultura'. Neste marco analítico, a ênfase está posta na cultura como componente simbólico. Destacam-se aí os estudos de caráter etnográfico que buscam revelar o modo de existência próprio das famílias populares urbanas, valorizando os aspectos do cotidiano, da auto-representação como trabalhador e pobre, homem ou mulher, e, também, da sexualidade, violência, lazer e participação política.

Começamos com o trabalho de Zaluar (1994), resultado de uma pesquisa do início da década de 1980. No capítulo que trata dos trabalhadores em suas famílias, ela inicia argumentando que, embora tenha como objetivo conhecer as representações acerca da pobreza vinculada ao consumo nas unidades domésticas, parte do pressuposto de que os papéis familiares são anteriores ao capitalismo e, por isto mesmo, suas constelações de direitos e deveres não decorrem do modo de produção capitalista. Aqui, pois, está posta a diferença com as abordagens 'produtivistas', mesmo tendo sido resultado de pesquisa da mesma época e tomando como norte um tema bastante comum aos estudos 'produtivistas', o consumo familiar.

Zaluar (1994) não chega a definir gênero e sequer usa esta expressão. Não está preocupada em explicar o papel da mulher na família, na vizinhança e na sociedade mais ampla, seja pelo recurso à hierarquia, subordinação ou opressão. O que transparece é uma preocupação em demarcar os espaços próprios aos diferentes membros da família,

segundo sexo, geração e parentesco. Analisa, assim, os esforços e os recursos conquistados por cada membro do grupo com o objetivo de manter o padrão de vida que, separando a miséria da pobreza, os afastam do fantasma da fome. Seu argumento é o de que há uma socialização do esforço para a reprodução do grupo. Para tal, os padrões de relacionamentos são, segundo a autora, centrados na solidariedade. Zaluar é uma das que primeiro ressaltam o eixo explicativo dos “valores tradicionais” como marca dos pobres urbanos. É, também neste ponto, que trata da ética do trabalho e do papel de provedor da família para o homem. Com efeito, traça interessantes análises sobre o *ethos* masculino. E, como já notou Sarti (1996a), embora não explicita o uso da referência conceitual que opõe hierarquia e individualismo, de inspiração dumontiana, trabalha com a idéia própria desta abordagem em que predomina uma concepção para os pobres – de um cotidiano e um sentido de vida expresso no caráter hierárquico e relacional.

Alinhado a este tipo de análise encontra-se o próprio trabalho de Sarti (1996a). Sua defesa é a do estudo da família como força de referência moral no universo da pobreza. Considero seu trabalho como um dos mais expressivos desta abordagem que privilegia o simbólico diante dos aspectos econômicos. Ainda que não negue a necessidade de pensar os pobres em seu contexto – pobreza/escassez de condições materiais –, argumenta em favor da originalidade e da necessidade de pensar estes aspectos sob um novo prisma. Segue, assim, a aposta de Sahlins (1979), para o qual a razão prática constitui, ela mesma, uma razão simbólica. E é numa abordagem simbólica que ela própria localiza seu trabalho, ao conceber a família como uma questão ontológica para os pobres. Em suas palavras, a importância da família para os pobres “[...] não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua experiência do mundo” (Sarti 1996a: 33).



Sim. De fato, Sarti trata das significações desta referência simbólica que é a família para homens e mulheres, analisando suas relações em termos de reciprocidade. Assim, os lugares masculinos e femininos na família e na sociedade são tomados como parte de uma lógica própria ao grupo. Mas, se os valores morais associados aos gêneros são tratados de uma forma cuidadosa, o plano do ‘deslocamento’ imposto pela relação que homens e mulheres estabelecem entre si, intermediados pela sociedade, parece exigir da autora certa adaptação ao seu referencial de cunho estruturalista<sup>3</sup>. Nada que possa levantar suspeitas quanto a sua abordagem do simbólico que privilegia gênero como relações entre os sexos ordenadas por um princípio geral que integra e organiza a “economia das trocas simbólicas”, instituindo uma dessimetria fundamental entre os sexos, já que é nos homens que estão postos os valores e atribuições mais elevadas na sociedade.

Um outro trabalho (Salem 1981), bastante representativo e de abordagem caracterizada como “simbólica”, mesmo não estando inserido no campo tradicional dos estudos de família, merece consideração, especialmente por tratar da auto-representação das mulheres faveladas da Rocinha (Rio de Janeiro), tomando como referencial seu universo doméstico. Assinalando o recorte de classe e gênero para pensar a dupla determinação destas mulheres, Salem é uma das que inauguram a entrada de gênero como categoria útil de análise na construção da pessoa e de sua inserção na família. Numa nota de rodapé, distingue sexo e gênero e diz que o segundo “remete para as determinações que recaem sobre os sexos produzidos pela ordem social” (Salem 1981: 52). Seu estudo, portanto, faz uso da categoria gênero em sua dimensão social e como instância em que se dão as relações de poder, embora ainda sem uma referência expli-

---

<sup>3</sup> O trabalho não apresenta uma referência explícita ao conceito de gênero e, conseqüentemente, da forma como o concebe.

cita à dimensão relacional.

A ênfase da autora é no caráter da dupla subordinação feminina, via classe e gênero. Ou, nos seus termos, da determinação de classe – a autolocalização das mulheres na pirâmide social – e da determinação de gênero – o que é “ser mulher”. Trabalhando com as noções de público e privado, analisa a localização e referência do privado na constituição do sujeito feminino, que se traduz na concepção de família como *locus* de identificação em que a mulher constrói e espelha sua imagem. Assim, os movimentos de acomodação e resistência a este sistema que separa espaços e confere normas e comportamentos apropriados para homens e mulheres são vistos como possibilidades relativas dos indivíduos, enquanto produtores e reprodutores da ordem social.

Por trás dos últimos estudos aqui citados (Salem 1981; Sarti 1996a; Zaluar 1994) paira uma discussão sobre um dado empírico que tem mobilizado e gerado controvérsias. Trata-se da questão da matrifocalidade. E é neste campo que inserimos o trabalho de Scott (1990) acerca das percepções masculinas sobre o espaço doméstico. Sendo um dos poucos autores masculinos universo dos estudos de família populares urbanas, que trabalha com a perspectiva de gênero, Scott levanta aspectos interessantes para se pensar a dinâmica das relações familiares nas classes populares. O primeiro aspecto que ressalto é a forma como trabalha gênero. Para ele, as relações de gênero estão inseridas na mesma ordem na qual se inserem as demais relações sociais: a do poder. Aqui é válido lembrar que este aspecto, embora implícito em muitas abordagens como a de Salem (1981), é trabalhado com propriedade. O segundo aspecto se refere ao dado de que é sobre os homens que o foco está posto, trazendo, assim, o caráter relacional da categoria – tão caro a tantos estudos – à ordem do dia, seja em termos empíricos como teórico-conceitual. Um terceiro aspecto, por fim, diz respeito ao uso apropriado da categoria ciclo de vida familiar como ferramenta conceitual que

explicita os posicionamentos de gênero quanto aos projetos pessoais e familiares e suas conseqüências na organização da vida em família e em sua reprodução.

A relação tênue e complexa que as famílias de pobres urbanos vivem entre a moralidade e os valores tradicionais, de um lado, e as coações de uma sociedade que é, a um só tempo, moderna e excludente, é bem apreendida por Scott (1990). Assim como Salem (1981), ao descrever a situação das mulheres chefes-de-família, percebe a distinção e diferenciação entre a esfera dos valores e a esfera da prática<sup>4</sup>. Mas, ao contrário desta que coloca um peso preponderante no ideal identitário de homens e mulheres na família e na sociedade, ele avança no sentido de uma flexibilização dos valores impostos pelo social diante das imposições da realidade prática.

\*\*\*

As leituras anteriormente apresentadas sobre produções da tradição de estudos das famílias populares urbanas nos conduzem a uma reflexão sobre os espaços que, em nossa sociedade, estão associados ao masculino e ao feminino. Falo aqui, especialmente, da clássica separação das esferas pública e privada<sup>5</sup>. E mais: o quanto esta dicotomia tem influência profunda na formulação das questões que permearam e permeiam os estu-

---

<sup>4</sup> Não que outros – Sarti (1996a e 1996b), por exemplo – não tenham feito tal distinção. Mas por estar presa a uma abordagem com tal investitura simbólica, torna-se difícil explicitar o quanto os sujeitos fazem uso de uma instrumentalidade prática consoante com a realidade na qual se inserem.

<sup>5</sup> Com efeito, a sociedade atribui espaços, símbolos, normas e valores aos gêneros, e estes são vivenciados e tomados com significados diferentes para homens e mulheres. Ao público usualmente estão associados o mundo da rua, do trabalho, da política e economia, a reprodução social; enquanto ao privado associam-se os espaços da família, da casa, da reprodução biológica e da sexualidade, das relações afetivas, etc.

dos de família entre pobres urbanos.

É notório que o *slogan* “o privado é político”, de inspiração feminista, teve influência na configuração do enfoque dos estudos de gênero, no geral, e nos das famílias populares urbanas, especialmente. O objetivo de trazer para a arena pública as questões do domínio privado, tão caras às mulheres (maternidade, família, violência doméstica, regulação da sexualidade e reprodução, etc.), propiciou a abertura e desenvolvimento de abordagens (de gênero) com uma forte ênfase na esfera privada; devido à necessidade de questionar, denunciar e discutir a posição subalterna ou desprivilegiada da mulher na família e na sociedade.

Também em sua análise acerca da produção bibliográfica sobre família, Scott (1997) assinalou que houve uma “dicotomização” entre público e privado nas duas tradições (a econômico-produtivista dos estudos dos pobres e a subjetivista dos estudos das camadas médias), o que gerou uma valorização, nos estudos da primeira linha, do enfoque das “estratégias de sobrevivência” das famílias; enquanto na última linha, há uma ênfase nos “interesses”, nas “subjetividades” e nas “autonomias” dos sujeitos na família. Mas, pensando na tradição de estudos sobre famílias populares, é possível argumentar que a paulatina entrada do enfoque de gênero se dá na medida em que há a mudança de foco ou de ponto de partida: de fora para dentro. É a negação de explicações assentadas no paradigma da produção que vem favorecer um olhar sobre a família que contempla as mulheres e suas ambigüidades vividas em termos de reprodução dos valores e de mudanças, ou de acomodações e resistências.

Voltando ao enfoque de gênero parece ser necessário trilhar o caminho rumo a uma reflexão crítica das dicotomias presentes no campo das relações de gênero que se traduz num processo de desconstrução. A “desconstrução”, aqui especialmente da dicotomia público/privado e de suas derivações, envolve um trabalho enorme, isto porque as dicotomias se apresentam à nossa percepção cotidiana, no geral, como naturais e não

como fruto da construção social. Portanto, há uma tendência a naturalizar os conceitos, não questioná-los ou tratá-los criticamente. Trata-se, por fim, de refletir criticamente não apenas sobre a realidade empírica com que nos deparamos em nossas pesquisas, mas também (e o que parece ser mais difícil), sobre a construção/produção do conhecimento. Tão necessário quanto tratar de considerar a realidade como ambígua, multifacetada e polimorfa, é tomar consciência das contradições e ambigüidades inerentes ao processo de conhecê-la e interpretá-la.

Por certo que qualquer abordagem das famílias brasileiras não é algo fácil de empreender; começando pelo questionamento da eficácia dos modelos construídos e de suas aplicações à pluralidade empírica reinante. Dos estudos sobre família, e mesmo sobre as famílias populares urbanas, produzidos durante décadas pelas Ciências Sociais emerge um paradoxo: a volumosa e excelente produção empírica e a ausência de esquemas teóricos interpretativos que dêem conta dos dados levantados, das mudanças observadas e das novas faces que esta apresenta. A falta de um entendimento da instituição familiar como processo e não como uma estrutura fixa no tempo tem provocado, segundo diversos autores, distorções nas interpretações do universo familiar (Bilac 1995; Corrêa 1993; Goldani 1993; Jelin 1995; Scott 1997; Szymanski 1995). Assim,

[...] dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira interpretar as mudanças nas estruturas familiares no tempo. A visão dicotômica – entre o tradicional e o moderno – já não satisfaz. Não só por suas limitações enquanto modelos interpretativos associados a uma concepção de família e de tipologias de família, mas, também, porque obscurece a realidade da maioria das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares. (Szymanski 1995:73)

Para além desta questão, emerge uma outra que pode ser traduzida em termos da “encruzilhada teórica” em que se encontram os estudos sobre família no Brasil. Um olhar sobre tais estudos revela duas importantes tradições teóricas: a tradição econômico-produtivista de estudos de famílias de pobres urbanos e a tradição subjetivista de estudos sobre famílias de camadas médias.

A tradição econômico-produtivista tem, segundo Scott (1997), utilizado as categorias analíticas trabalho, poder e dominação para a interpretação das relações intra e extra familiares entre as camadas populares. Em seu interior instalam-se diferentes abordagens totalizantes, em que a ênfase na solidariedade do grupo familiar é forçada e reforçada por suas condições econômicas no processo de enfrentamento com a sociedade inclusiva (Carvalho 1995).

A percepção de que entre os pobres urbanos o grupo familiar tende a maximizar as chances de garantir a sobrevivência perpassa grande parte da literatura produzida. Segundo Zaluar (1994), em seu trabalho aqui analisado, o esforço em afastar o espectro da fome para as famílias pobres assenta-se, em larga medida, nos inúmeros arranjos que são buscados no sentido do esforço de gerar renda a fim de manter a sobrevivência da família. Além do mais, diz ela, o que parece haver é uma alternância entre cônjuges e filhos na responsabilidade de contribuir para a renda familiar, o que demonstra que a renda familiar dos pobres conta com a contribuição substancial de todos os membros, e não apenas do provedor principal. Em termos resumidos,

[...] o resultado final desse quadro de ganhos insuficientes e falta de assistência estatal é criar, em termos de padrões culturais de relacionamento, uma solidariedade ao nível do grupo doméstico ou mesmo da família extensa que talvez seja desconhecida em outras classes, tanto no que se refere à intensidade, quanto às formas espe-

cíficas de manifestação. O adjetivo individualista pouco caberia nesse padrão, quando sabemos que as necessidades de sobrevivência, inclusive a obtenção de moradia, obriga a cooperação não só de todos os membros da família conjugal, mas também de outros parentes e agregados a ela incorporados (Zaluar 1994:99).

Exemplo de uma outra abordagem “totalizante”, também anteriormente comentada, é o trabalho de Sarti (1996a) que, como vimos, resalta os “valores tradicionais” como marca dos pobres urbanos. Para a autora, as relações dos pobres urbanos em suas famílias estão fundadas num código de lealdades e obrigações mútuas e recíprocas. A partir das categorias trabalho, moralidade e hierarquia Sarti defende a recusa a um modelo de interpretação baseado no material e no econômico e a adoção de uma abordagem simbólica, e analisa as atuações dos sujeitos na família como voltadas para o enfrentamento de situações adversas que ameaçam a estabilidade e a reprodução do grupo.

A partir destes dois últimos exemplos vê-se que a adoção do exercício de inversão teórica proposto por Scott (1997), quanto à usual abordagem das famílias nestes setores, seria salutar. Não que desconsidere a importância e a aplicabilidade das noções que fundamentam as análises nesta tradição (poder, autoridade, moralidade, hierarquia). Mas me posiciono em defesa da necessidade de buscar articular tais noções a outras (autonomia, projeto), que usualmente foram tomadas na compreensão da dinâmica familiar em setores médios urbanos<sup>6</sup>. Antes que destituir a abordagem das famílias pobres com base nesta tradição, entendo que qualquer estudo que intente abordar as transformações que atravessam a vida cotidiana familiar dos sujeitos que vivem no universo da pobreza deve considerar que, junto aos valores tradicionais e familiares, estão

---

<sup>6</sup> Neste sentido, ver Figueira (1987) e Vaitsman (1994).

postas aspirações individualistas e modernas. Se a noção de indivíduo moderno (relacionada a valores de privacidade, autonomia, autodesenvolvimento e igualdade) não deve ser ingenuamente utilizada na compreensão das relações entre sujeitos neste universo; há que conceber, ao menos, a interface entre o moderno e o tradicional, que aspirações de mudança e novas expectativas de vida permeiam o universo prático e simbólico dos sujeitos.

Finalmente, em termos bastante resumidos, defendo a construção de abordagens aproximativas que, não perdendo de vista a especificidade dos vários elementos envolvidos, sejam orientadas menos à busca da reificação das oposições, mas que possam oferecer elementos de junção das abordagens citadas.

Desvencilhar-se das amarras analíticas arraigadas no pensamento social não é tarefa fácil, mesmo quando as mudanças em processo na sociedade exigem reformulações nos modelos interpretativos já estabelecidos. Todavia, o exercício de inversão teórica para os estudos de famílias, parece bastante vantajoso. Ao trabalhar com a diversidade de interesses na família, segundo gêneros e gerações, associada às questões de pertencimento religioso, discutem-se, fundamentalmente, as relações dos sujeitos com as estruturas e os padrões mais gerais que a sociedade aloca na família, assim como a forma como se efetivam mudanças.

Com base neste argumento, as relações familiares não devem ser vistas como organizadas por normas dadas, mas sim, como fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, neste sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos. Reconhecer processos internos de mudança nas relações familiares não significa, entretanto, reavivar a teoria da modernização e defender que, intrínsecos aos processos de modernização em curso, valores individualistas e modernos acabam por recobrir e alcançar todos os seguimentos sociais de forma indistinta. O que pretendo deixar claro, ao final, é que, da perspectiva



dos sujeitos, é impróprio o analista querer situá-los em universos claramente delimitados. Nos contextos prático-simbólicos nos quais os sujeitos circulam, disputando e compartilhando posições, há uma interpenetração constante de “mundos”.

Seguindo a proposta de Vaitsman (1997), é necessário, portanto, analisar a vivência em família com base no referencial da pluralidade de mundos práticos e simbólicos dos quais participam os seus atores sociais. Mas isto leva ao reconhecimento de que a tentativa de incorporar tal postura na Ciência Social brasileira não tem sido fácil. De forma geral, recentes estudos de família nas classes populares, na linha da perspectiva de gênero, têm investido na avaliação de um gradiente entre o moderno e o tradicional (Heilborn & Sorj 1999). Segundo Vaitsman (1997:303), tal proposta coloca em “[...] discussão a possibilidade epistemológica da construção de métodos e vocabulários que possam ir além das dicotomias redutoras da complexidade das relações sociais”.

Mas esta proposta não carrega consigo, necessariamente, um discurso da quebra de paradigmas, da pós-modernidade ou caos nos modelos explicativos. Antes, sinaliza para a importância de reconhecer a complexidade social e buscar reformular as ferramentas de análise.

## **Bibliografia**

- BILAC, Elisabete D. 1995. "Família: algumas inquietações". In CARVALHO, M.C. (org.): *A família contemporânea em debate*, pp. 29-37. São Paulo: Educ.
- BOURDIEU, Pierre. 1994. "L'Esprit de famille". In *Raison pratique Sur la theorie de l'action*, pp. 258-271. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. 1999. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARVALHO, Maria C. 1995 "A priorização da família na agenda da política social". In *A família contemporânea em debate*, pp. 9-21. São Paulo: Educ.

- CASTRO, Mary Garcia & LAVINAS, Lena. 1992. "Do feminino ao gênero: a construção de um objeto". In COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.): *Uma questão de gênero*, pp. 216-251. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- CORRÊA, Mariza. 1993. "Repensando a família patriarcal brasileira". In ARANTES, Antonio et al.: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, pp. 45-61. Campinas: Editora da Unicamp.
- COSTA, Albertina; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. 1985. "Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 54:5-15.
- FAUSTO NETO, Ana Maria. 1982. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. 1987. *Uma nova família? O moderno e arcaico na família de classe média no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FONSECA, Cláudia. 1997. "Uma genealogia do 'gênero'". *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 1(2):5-22.
- \_\_\_\_\_. 2004. "Ser mulher, mãe e pobre". In DEL PRIORI, Mary: *História das mulheres no Brasil*, pp. 510-553. São Paulo: Companhia das Letras.
- GIDDENS, Anthony. 1993. *A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.
- GOLDANI, Ana Maria. 1993. "As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação". *Cadernos Pagu*, 1:67-110.
- HEILBORN, Maria Luiza. 1997. "O traçado da vida: gênero e idade em dois grupos populares no Rio de Janeiro". In MADEIRA, Felícia (orgs.): *Quem mandou nascer mulher: gênero e infância no Brasil*, pp. 291-342. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ UNICEF.
- HEILBORN, Maria Luiza & SORJ, Bila. 1999. "Estudos de gênero no Brasil". In MICELI, Sérgio (org.): *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*, pp. 183-221. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES.
- JELIN, Elizabeth. 1995. "Familia y género: notas para el debate". *Estudios Feministas*, 3(2):394-413.
- LEÓN, Magdalena. 1994. "La identidad se construye en la familia?" *Isis internacional – Ediciones de las mujeres*, 20:29-42.

- MACEDO, Carmem. 1979. *A reprodução da desigualdade* São Paulo: Hucitec.
- MOTTA, Roberto & SCOTT, Russell Parry. 1983. *Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife* Recife: Sudene/ Massangana.
- RODRIGUES, Aracy M. 1978. "O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias". Trabalho apresentado no Seminário "A mulher na força de trabalho na América Latina". Rio de Janeiro: IUPERJ, novembro.
- SAHLINS, Marshall. 1979. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SALEM, Tânia. 1981. "Mulheres faveladas: com a venda nos olhos". In FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria L.; HEILBORN, Maria. L. (orgs.): *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1, pp. 49-99. Rio de Janeiro: Zahar.
- SARTI, Cynthia. 1996a. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.
- \_\_\_\_\_. 1996b. "A família como referência moral no mundo dos pobres: onde fica a lei?" Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia. Salvador, abril.
- SCOTT, Russel Parry. 1997. "A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: trabalho, poder e a inversão do público e do privado". *Revista Pernambucana de Antropologia*, 2(1):142-160.
- SZYMANSKI, Heloisa. 1995. "Teorias e 'teorias' de famílias". In CARVALHO, M. C. (org.): *A família contemporânea em debate*, pp. 23-30. São Paulo: Educ.
- VAITSMAN, Jeni. 1997. "Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda". *Estudos Feministas*, 2:303-319.
- WOORTMANN, Klaas. 1987. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ZALUAR, Alba. 1994. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido em outubro de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005

